

# TENTATIVA DE CONFRONTO CRÍTICO ENTRE “MODELOS” EXPLICATIVOS DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO (\*)

MARIA FRANCISCA SALES PINHEIRO

## INTRODUÇÃO

O recente fluxo do desenvolvimento capitalista no Brasil — nosso interesse aqui localiza-se no período pós 64 — tem sido objeto de muitos estudos que nos parecem fugir à análise de situações concretas para se refugiarem no campo das elaborações explicativas. São os “Modelos”, que nada mais fazem que responder a esquemas ideológicos já anteriormente formulados, que procuram dar ao desenvolvimento do capitalismo uma racionalidade que ele naturalmente não possui. Como diz Fernando Henrique Cardoso, falar em desenvolvimento é considerar a expansão capitalista um conceito que implica em desigualdade social, concentração de renda etc.(1)

O imprescindível tratamento econômico quanto às questões relativas ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, *aparecerão* talvez aqui ofuscadas por considerações de ordem mais social e política. Se a formação profissional que tivemos nos proporciona por um lado uma visão mais integrada dos problemas sociais, por outro, carece de um conhecimento parcial mais acabado das disciplinas com as quais lidamos. Assim, mesmo utilizando fontes de

---

(\*) NOTA DA REDAÇÃO: A *Revista de Ciências Sociais*, visando estimular a produção científica de cientistas sociais jovens, publicará, a partir do presente número, trabalhos de candidatos aprovados no exame de seleção do Curso de Mestrado. Esses trabalhos deverão ter sido objeto do exame de seleção e deverão ser recomendados pela Comissão que o julgou, apesar de sua publicação ficar a critério dos redatores da Revista.

(1) Cardoso, Fernando Henrique — *Autoritarismo e Democratização*. Paz e Terra, S. Paulo, 1975.

análise econômica sentimo-nos relativamente deficientes na manipulação de certos aspectos econômicos. É que o nosso nível de exigência não ultrapassa os limites aqui defendidos ou se concentra mais nos aspectos sociais.

Não são poucos os que no Brasil se dedicam ao estudo das questões relacionadas ao desenvolvimento das sociedades dependentes, como também, mais especificamente, com o que vem sendo caracterizado de "Modelo Brasileiro" de Desenvolvimento, ressaltando ainda, o aumento do ritmo de produção desses estudos atualmente e o caráter polêmico que vêm assumindo as posições nesse sentido.(2) E para os que criticam o "Modelo" essas posições estão sempre se superando e evoluindo.

Embora a bibliografia escolhida contenha os elementos necessários para análise do tema, reconhece-se que não se penetrou num aprofundamento em separado das questões propostas. Deixou-se de considerar estudos específicos sobre distribuição de renda(3) e o conceito de qualidade de vida que foi discutido a partir da análise que faz Celso Furtado da divulgação das modernas formas de consumo precisava de uma melhor operacionalização.(4)

Como base para nossa análise tentamos utilizar os últimos trabalhos de Celso Furtado(5) e o estudo "Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro", de Maria da Conceição Tavares.(6) Mesmo considerando as diferenças de abordagem dos dois autores quanto ao processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, achamos ser possível, tendo como referência seus trabalhos, localizar os traços mais recentes desse processo.(7)

No livro citado, Maria da Conceição Tavares critica as posições estagnacionistas relacionadas com o período 62-67, criticando o "Modelo" de Celso Furtado, por fazer parte dessa posição. Vai mais além na sua crítica quando, referindo-se ao pensamento latino-americano, diz que a confusão teórica em que este, no momento, se encontra, não pode ser entendida apenas por ter sido sempre influenciado por várias correntes ideológicas, ou, por outro lado, pelo fato de o pensamento marxista ter permanecido durante muito tempo

---

(2) Ressalta-se o papel desempenhado pelo CEBRAP na manutenção dessa vitalidade.

(3) Como o livro de Aníbal Pinto, *Distribuição de Renda na América Latina*, Rio, Zahar, 1973.

(4) Na *Análise do Modelo Brasileiro*, ele se refere ao debate existente nos atuais centros criadores dessas modernas formas de consumo sobre o *sentido do desenvolvimento* e da *qualidade de vida* produzida pelo atual sistema industrial, citando a intensidade com que vem se transformando esse debate em forças de contestação política desse paradigma, e a conseqüência que poderá ter a perda de sua legitimidade nos países subdesenvolvidos.

(5) *Análise do "Modelo Brasileiro"* e *O Mito do Desenvolvimento*.

(6) Nesse livro, nos atemos à 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> partes — Além da Estagnação — referente ao segundo ensaio, "Notas Sobre o Problema do Financiamento numa Economia em Desenvolvimento — o caso do Brasil".

(7) A adesão de Celso Furtado, no *Mito do Desenvolvimento Econômico* ao quadro de referência teórico das análises de dependência, vindo com mais dificuldade o desenvolvimento dos países periféricos.

"congelado" em seu dogmatismo, mas deve ser compreendida pela própria dificuldade contida na tentativa de totalização quando as próprias "determinações do sistema não se encontram configuradas". Assim, ela não só critica a teoria da dependência, como a visão "totalizante" que busca Francisco de Oliveira, quando se opondo ao economicismo, procura unir o econômico, o político e o social, correndo o risco de esvaziar suas análises.(8) Criticando uma e outra posição, ela não se coloca como divergente, só chama atenção para não se cair em apegos ou construções de modelos, substituindo a análise do real.(9)

Os outros autores que utilizamos estão bem afins nas suas análises, e, portanto, não haverá grande dificuldade em tratar suas posições. O trabalho de José Serra(10) faz parte de um estudo que está fazendo junto com Maria da Conceição Tavares sobre o tema da *Distribuição da Renda no Brasil*, e o trabalho de Paul Singer, *Desenvolvimento e Repartição de Renda no Brasil*(11) poderia ser somado ao de José Serra na parte em que eles se referem às interpretações sobre a reconcentração da renda. Resta o texto de Fernando Henrique Cardoso, *O "Modelo Brasileiro" de Desenvolvimento*(12), uma abordagem mais sociológica e política, onde o autor analisa os últimos 20 anos do processo de crescimento econômico brasileiro.

Como roteiro de trabalho diríamos que não houve propriamente uma esquematização *a priori*. Tendo como parâmetros os elementos de análise sugeridos a partir das leituras selecionadas e provavelmente de outros estudos menos específicos para o caso, portanto menos conscientes no momento, procuramos de forma sistematizada, fazendo uma análise da realidade sócio-econômica do Brasil, colocar as questões propostas a seguir.

---

(8) "O avanço científico não pode prescindir, pois, de análises parciais e claramente delimitados em seu recorte do real. Isso não significa abrir mão de uma tentativa integradora, nem tampouco uma proposta de passar ao cientificismo". *Ibid.*, p. 24.

(9) Talvez fosse melhor não classificarmos o momento atual como sendo de confusão teórica, mas considerá-lo como um momento de revisão de análises, de uma tentativa de superação de uma fase em que o pensamento latino-americano esteve muito amarrado a esquemas analíticos importados (Ver Gunder Frank, *Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology*). As que poderiam ser caracterizadas como novas proposições analíticas não assumem um caráter de posições cristalizadas. O que existe é uma tentativa de reelaborar o pensamento analítico e as posições parecem estar sempre evoluindo, e nesse caso, talvez discordando de Maria da Conceição Tavares, muito tem contribuído os elementos fornecidos pela própria realidade empírica. Diríamos já bastante configurada. A ciência como elemento superestrutural da sociedade se desenvolve em ritmo mais lento que o amadurecimento de suas próprias condições materiais. É uma questão de forma e conteúdo.

(10) "A Reconcentração da Renda: Crítica e Algumas Interpretações". *Estudos CEBRAP*, 5.

(11) *Debate e Crítica* 1.

(12) *Debate e Crítica* 1.

## EXAME DO "MODELO BRASILEIRO" DE CELSO FURTADO

O que se costuma chamar de "Modelo Brasileiro" de Desenvolvimento não é nada mais do que as tendências pelas quais o capitalismo no Brasil tem encontrado meios de evoluir. A delineação desse "Modelo" vem sendo ditada pela própria estruturação do sistema capitalista no plano internacional e nacional. É o que se costuma chamar de "Milagre Brasileiro" resulta da alta taxa de crescimento econômico obtida nos últimos anos, sem considerar as desigualdades existentes na distribuição da renda e o aumento crescente da dívida externa.

Após 1964 a política econômica foi estruturada para ampliar o processo de concentração da riqueza e da renda de modo que possibilitasse tanto a formação de capital fixo como a ampliação do mercado de bens de consumo duráveis. Como mecanismo usado de concentração de renda, reduziu-se a taxa de salário mínimo real, através da política de "arrocho salarial".

Essa política teve sérias conseqüências no mercado de bens de consumo popular. A medida complementar tomada foi incrementar a exportação dos produtos das indústrias ligadas à produção desses bens que são justamente as indústrias tradicionais. Mesmo assim, o problema não foi totalmente solucionado e o nível de produção dessas indústrias decresceu e certas linhas de produção foram abandonadas.(13)

Como um dos objetivos da nova estratégia de desenvolvimento era ampliar o mercado de bens de consumo duráveis, era preciso que se constituísse a faixa da população que seria consumidora desses bens e para isso procurou-se aumentar o nível de renda dos setores da classe média alta. "A nova situação política operou uma forte redistribuição da renda para cima".(14)

Assim, ao mesmo tempo que se manteve o arrocho salarial, foram sendo tomadas providências para o impulso na demanda da classe média alta. "Para que o impulso autônomo inicial desse origem a um processo cumulativo, era necessário que o crescimento privilegiasse não apenas a minoria proprietária

---

(13) "Examinando-se a evolução dos principais ramos que produzem bens de consumo, entre 1964 e 1970, verifica-se que o produto real da indústria de produtos alimentares cresceu 42%, o da indústria têxtil caiu 4%, e o da indústria de material elétrico e eletrônico aumentou de 113% e o da indústria de material de transporte de 143%. Ver F.H. Cardoso, "O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento" — *Debate e Crítica 1*, p. 28, utilizando Paul Singer: "O Milagre Brasileiro, Causas e Conseqüências".

(14) As medidas da política econômica tomadas em favor da expansão do setor industrial ligado à utilização de tecnologia moderna e que necessitavam de mão-de-obra especializada, como os incentivos que foram concedidos a indústria de petroquímica e a automobilística, no período de 1965. e os subsídios a exportação de produtos industrializados foram indicadores do crescimento econômico a partir de 1968. E o núcleo desse crescimento se constituiu pela expansão da grande empresa moderna. Ver Paul Singer, "Desenvolvimento e Repartição de Renda no Brasil", *Debate e Crítica 1*, p. 89.

dos bens de capital e sim um grupo social mais amplo, capaz de formar um mercado de bens duráveis de consumo de adequadas dimensões. Em síntese: na segunda metade dos anos 60, o caminho utilizado consistiu principalmente em dinamizar a demanda da classe média alta, isto é, em fazer com que a capacidade de compra desse grupo crescesse em termos absolutos, o que foi obtido mediante formas de financiamento, que implicavam em subsídios ao consumo e transferência, para essa classe, de títulos de propriedade e de crédito que lhe asseguravam situação patrimonial mais sólida e a perspectiva de maior renda futura. Foi assim possível obter uma ampliação ponderável de certas faixas de consumo, na direção requerida, sem propriamente dar atrás na política salarial.(15)

Uma tentativa de diminuir os efeitos sociais negativos decorrentes da compressão salarial, como também para atender o problema da mão-de-obra ociosa nos setores mais pobres da população; foi abrir uma certa faixa de novos empregos, aumentando assim o salário familiar. Nesse sentido o apoio dado à construção civil pelo Banco Nacional de Habitação serviu para aumentar a demanda de mão-de-obra pouco qualificada.(16)

Com essas medidas estavam tomadas as providências para consecução dos objetivos delineados pela política econômica. O incremento à expansão do setor industrial ligado à produção e diversificação de bens de consumo duráveis veio como decorrência do fortalecimento das ligações do Estado com o capitalismo internacional.(17) O aumento dos laços de dependência e uma maior unificação dos interesses "nacionais" aos interesses estrangeiros foram expressos internamente pelas grandes empresas adaptadas ao plano internacional. Celso Furtado situa o fenômeno da grande empresa como elemento estruturador do capitalismo na sua fase atual de evolução. As grandes empresas ditam a forma de expansão do capitalismo na periferia, de acordo com os interesses econômicos dos países centrais.(18)

Não se pode compreender o desenvolvimento do capitalismo na periferia

---

(15) Furtado, Celso — *Análise do "Modelo Brasileiro"*, p. 41.

(16) Não procurando entrar em detalhes, se vê que esse apoio foi muito mais voltado para a estratégia de levantar aspirações na classe média de que pode possuir propriedade etc., do que uma medida voltada primeiramente para responder ao problema do excedente de mão-de-obra. E mesmo admitindo o aumento na faixa de emprego, essa medida funcionou como forma de desvio da redução do salário real. Explicando, nas famílias mais pobres, justamente as mais numerosas, o fato de ter mais gente trabalhando, faz esquecer um pouco a renda individual, e pode haver ilusão, pela renda familiar, de que se está ganhando mais, quando na verdade o que houve foi aumento de produtividade.

(17) O sintoma de expansão das indústrias de bens duráveis vem do governo de Kubitschek, quando utilizou investimentos estrangeiros para implantação dessas indústrias, especialmente a indústria de veículos e de produção de equipamentos domésticos. Furtado, Celso.

(18) Furtado, Celso. — *O Mito do Desenvolvimento Econômico*.

sem considerar as suas ligações com os países capitalistas desenvolvidos.(19) Durante muito tempo acreditou-se que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos consistia apenas em superar as condições de atraso em relação aos países desenvolvidos e, para isso, precisariam passar pelo mesmo processo de desenvolvimento. Esta posição, que durante uma época, justamente a fase de transição do processo de substituição de importações em que se pensou poder alcançar o desenvolvimento "auto-sustentado", orientou o pensamento latino-americano, já está hoje bastante superada. "Entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição".(20)

Desfazendo o mito do desenvolvimento econômico tão acreditado durante uma certa fase (posição da qual o próprio autor participou, enquanto acreditou no desenvolvimento auto-sustentado, aceitando assim a existência de padrões universais de desenvolvimento do capitalismo), Celso Furtado procurou mostrar na fase atual do capitalismo as diferenças de atuação da grande empresa, no centro e na periferia do sistema. Diz ele: "A crescente hegemonia das grandes empresas, na orientação do processo de acumulação, traduz-se no centro, por uma tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, nas economias periféricas, por um distanciamento das formas de vida de uma minoria privilegiada com respeito à massa da população".(21)

Parece ser ele muito radical quando diz que os países desenvolvidos tendem a homogeneizar as formas de consumo. Na verdade, é inquestionável a diferença nos padrões de consumo de um para outro país em decorrência da própria diferença do poder aquisitivo das massas populares. E também é inquestionável que a grande empresa atuando no país periférico com os mesmos padrões de produção dos países centrais só poderá responder a um restrito setor do mercado, devido ao baixo nível de renda da grande maioria da população, e, no caso do Brasil, as medidas "dinâmicas" em relação ao aumento do poder aquisitivo da classe média alta já foram para responder às necessidades de adoção desses novos padrões de consumo, ditadas pelas grandes empresas. Isso nada mais é do que o processo de modernização que também ocorre de certa forma nos países desenvolvidos. E não sabemos até que ponto Celso Furtado, ao indicar a tendência à homogeneização dos padrões de consumo nos países centrais e a impossibilidade de que isso venha a ocorrer nos países periféricos, não estaria comprometendo-se com a teoria atual da modernização. Está certo que o nível de consumo pode ser considerado como um indicador para se compreender a fase atual do capitalismo.

---

(19) Ver Gunder Frank — "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano".

(20) Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto — *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, p. 26.

(21) Furtado, Celso, op. cit., p. 69.

Só que não se sabe até onde o consumo de massa tão permitido nos países desenvolvidos vai definindo um estilo de vida moderno generalizado.

Como a hipótese de generalização das formas de consumo de massa dos países cênicos não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas do sistema na periferia, Celso Furtado conclui ser o desenvolvimento econômico um mito. É que a política de consumo só é possível no Brasil diante dos interesses das grandes empresas voltadas para o consumo de uma minoria, e isso só conduzirá ao agravamento das desigualdades sociais.

O resultado da expansão do setor industrial ligado à produção de bens de consumo duráveis, combinado com a política de contenção salarial para permitir maior acumulação de capital, só veio acentuar o processo de concentração da renda.

O período de forte redução do salário real, que se estende até 1966, é também o de depressão da atividade industrial, principalmente a indústria nacional ligada à produção de bens de consumo populares. Furtado diz que nesse período houve uma perda de dinamismo do sistema e que o crescimento econômico obtido a partir de 1968 — depois desse período de estagnação — foi resultado da política voltada para implantação do progresso tecnológico. “A característica mais marcante do modelo brasileiro e a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios de acumulação e do progresso técnico. Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular”.(22)

#### EXPORTAÇÃO VS. CAPITALISMO FINANCEIRO

Até agora se veio lidando especialmente com e a partir dos elementos de análise de Celso Furtado sobre o modelo brasileiro. Um dos pontos mais críticos que se levanta contra sua análise é o fato de caracterizar o período de reduzida expansão da atividade econômica que se estende de 62 a 67 como um período de estagnação da economia e perda de dinamismo do sistema. Quando o processo de substituição de importações parecia esgotar-se, porque de fato o que houve foi uma reestruturação das ligações do capitalismo internacional com a sua periferia, falou-se numa “estagnação” do processo particular de desenvolvimento do Brasil. Para Celso Furtado o processo de desenvolvimento era um: aquele que vinha do período de substituição de importações. Como houve uma quebra nesse desenvolvimento, o sistema teria entrado num período de estagnação. Para Maria da Conceição Tavares esta posição deriva da análise da tendência projetada e entendida como “limite” do modelo de expansão anterior. Diz ela: “A redução das taxas de crescimento no período 62-67 não prova uma estagnação da economia. Nesta etapa houve uma reconstrução do poder e da renda, preparação obrigatória a

---

(22) *Ibid.*, p. 109.

pressão salarial, as alterações no sistema financeiro e o fortalecimento das um novo modelo de desenvolvimento. O saneamento "empresarial", a com-relações Estado-empresas alienígenas inscrevem-se como elementos coerentes à expansão do capitalismo no Brasil".(23)

Conceituando os países periféricos como países capitalistas subdesenvolvidos, Maria da Conceição Tavares analisa a expansão do capitalismo no Brasil, considerando as mudanças nas suas relações de dependência, sobretudo com os Estados Unidos. E nesse contexto chama atenção para o papel que vem desempenhando o Estado como agente mediador do caráter contraditório do processo de expansão capitalista. "Enquanto agente interno do sistema de dominação, o Estado teria de ser entendido como agente político e econômico de coesão nacional e, uma vez esclarecido o conteúdo político da aliança de classes que lhe dá corpo, deveria ser pesquisada sua maior ou menor autonomia relativa em matéria de articulação com o sistema internacional."(24)

O período de substituição de importações tanto não podia continuar se desenvolvendo até que se completasse o ciclo substitutivo (seria ilusório raciocinar dessa maneira) como também não projetava um tipo de desenvolvimento auto-sustentado. Inclusive, a autora explicita o significado do conceito de substituição de importações, incluindo nesse não só o aspecto substitutivo, no caso de se produzir internamente o que antes se importava, como também o caráter incluso de substituição do tipo de importações; sendo o segundo significado muito importante para compreensão do processo de desenvolvimento interno e dos novos laços de dependência que foram caracterizadores do novo padrão de desenvolvimento.

A crise que acompanhou o processo de substituição de importações foi uma fase de transição e não de estagnação do capitalismo. Não seria como quis caracterizar Furtado uma quebra de dinamismo, mas um processo de redefinição. E temos que levar em conta aí as ligações políticas com o capitalismo internacional. Não houve um corte mas um fortalecimento das relações de dependência, e a partir daí teria que haver uma adaptação do sistema ao esquema de expansão do capitalismo, e, nesse caso, haveria uma modificação nas forças internas de dinamismo. Poderíamos raciocinar de outra maneira em termos de *desenvolvimento* se o processo político desencadeado antes de 64, sem analisar aqui a forma como foi conduzido esse processo, tivesse levado a um rompimento nas relações de dependências.

Considerando o processo de expansão do capitalismo no Brasil, Maria da Conceição mostra a importância que tem a compreensão desse processo para a própria postura diante do sistema. "O processo capitalista no Brasil embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, incorporando e ex-

---

{23} Tavares, Maria da Conceição — *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*.

{24} *Ibid.*, p. 23.

cluindo setores da população e estratos econômicos, levando a aprofundar uma série de diferenças relacionadas com o consumo e a produtividade, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes internas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo do sistema ou ainda ao tipo de dinamismo que o anima.”(25)

“...A convicção de que o capitalismo não avança ou que, muito em breve, deixará de fazê-lo, leva ao interesse pelas análises de sua operação e expansão, que seriam imprescindíveis como ponto de partida para todos aqueles que se propõem a promover ou apressar sua substituição.”(26)

O fato de o produto global *per capita* crescer em determinado período a uma taxa reduzida não quer dizer que a economia esteja estagnada. No interior da economia poderá estar ocorrendo avanços em certos setores da atividade econômica. Enquanto o setor da indústria no Brasil, ligada à produção de bens de consumo populares entrava em crise, a indústria moderna de bens de consumo duráveis iria entrar num processo de ampla expansão. A taxa global de crescimento obtida de 68 em diante resulta da reorientação dos setores dinâmicos do sistema.

Os novos setores dinâmicos da atividade econômica no Brasil são controlados pelo Estado e o capitalismo internacional, atuando juntos no plano das decisões políticas e econômicas. Enquanto isso, a indústria privada nacional vem desempenhando um papel secundário na economia.

Pode-se dizer que o crescimento econômico alcançado no Brasil não representa uma surpresa, diante dos pressupostos em que está assentada a política econômica. E que os problemas resultantes desse crescimento, o mais sério deles, o da reconcentração da renda,(27) são rentes ao tipo de crescimento iniciado, que contém em si um modelo concentrador da renda.

#### PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS ECONÔMICOS NO PROCESSO DE CRESCIMENTO

Percebe-se que o crescimento econômico, inegável hoje no Brasil, resultou não propriamente de um “Modelo de Desenvolvimento”, mas do próprio processo de acumulação do capitalismo mundial na periferia dos principais centros e das condições políticas estabelecidas a partir de 1964.(28) Ficando

---

(25) *Ibid.*, p. 158.

(26) *Ibid.*, p. 159.

(27) O aumento na regressividade na sua distribuição, já considerada regressiva. José Serra, *op. cit.*, p. 133.

(28) “A política econômica posta em prática, entre 1964 e 1968, levou à centralização dos reajustamentos salariais, que foram concedidos em nível inferior ao aumento do custo de vida levando a deterioração dos salários

claro aí que as relações anteriores, mantidas com o capitalismo internacional, já indicavam uma certa tendência a esse tipo de desenvolvimento. O crescimento econômico se deu tanto às custas da contenção salarial como do aumento da produtividade através da utilização de recursos externos(29) e as características desse crescimento não indicam uma tendência a uma melhor distribuição de rendas.

De acordo com os dados apresentados na Tabela I, distribuição de renda no Brasil; 1960-1970, em termos relativos: 80% da população economicamente ativa diminuiu sua participação, 15% mantém-se praticamente estável e 5% cresce enormemente. Nestes últimos o setor que detém 1% da renda cresce sua participação numa velocidade 3 vezes maior que a média do crescimento da renda nacional.(30)

Para se ter uma idéia da situação de classe em que se encontram os estratos econômicos mais significativos nessa apreciação, convém examinar um esquema apresentado por Maria da Conceição Tavares(31), onde a autora inclui cinco grupos de renda. Apresentaremos aqui a composição desses grupos e a colocação que ela faz deles em relação ao mercado.

Grupo A: classe alta, burguesia (proprietários, gerentes);

Grupo B1: classes médias altas (algumas profissões liberais, altos funcionários, empresários médios);

Grupo B2: classes médias urbanas (burocracia pública e privada, pequenos comerciantes);

Grupo C: classes assalariadas de base;

Grupo D: trabalhadores rurais, trabalhadores independentes e marginais.

#### *Situação no Mercado*

Grupo A: se apropria do excedente que alimenta o processo de acumulação e diversificação do consumo;

---

reais. O salário mínimo, último bastião de defesa do trabalhador de pouca qualificação, foi sistematicamente reduzido, em seu poder aquisitivo, pelo menos até 1969. O direito à estabilidade no emprego foi, na prática, eliminado, pois a nova legislação facilitou ao patronato impor a "opção pelo regime do fundo de garantia de tempo de serviço a todos os novos empregados." Singer, Paul, "Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil", *Debate e Crítica 1*, p. 84.

(29) "Até o presente as exportações e o fluxo de capitais do exterior para o interior tem assegurado, mesmo sem um crescimento proporcionalmente equivalente de poupança interna, a possibilidade de manutenção do ritmo de crescimento. O custo social do processo repousa nas baixas salariais, na distribuição desigual de rendas e no crescente endividamento interno e externo." Cardoso, Fernando Henrique, "O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento", *Debate e Crítica*, p. 36.

(30) In Cardoso, Fernando Henrique, "Modelo de Desenvolvimento Brasileiro", *Debate e Crítica 1*.

(31) Ver anexo, op. cit., p. 199.

**TABELA I**  
**DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: 1960 — 1970**

	1960		1970		Renda per capita em dolar (a)	Renda per capita em dolar (a)	Taxa decenal de variação
	% da venda total		% da venda total				
	Absoluta	Acumulada	Absoluta	Acumulada			
A) 1% da população de renda mais elevada	11,7	11,7	17,8	17,8	3.242	6.644	105
B) 4% seguintes na escala	15,6	27,3	18,5	36,3	1.081	1.726	63
C) 15% seguintes	27,2	54,5	26,9	63,2	502	669	33
D) 30% seguintes	27,8	82,3	23,1	86,3	257	287	12
E) 50% restantes de renda mais baixa	17,7	100,0	13,7	100,0	98	102	4
<b>TOTAL</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	277	373	34

FONTES: João Carlos Duarte, Aspectos de distribuição de renda no Brasil em 1970; Censo demográfico, 1970, IBGE; Fundação Getúlio Vargas, Centro de Contas Nacionais.

NOTA: A conversão em dolar foi feita a partir da taxa cambial de 1970 com os valores de 1960 a preços de 1970 (deflator implícito).

- Grupo B1: núcleo fundamental do mercado moderno (maior posição absoluta e relativa no período);
- Grupo B2: base do mercado moderno;
- Grupo C: base da extração do excedente e principal suporte do mercado tradicional. Seu poder de compra flutua com o salário mínimo real;
- Grupo D: fora do mercado consumidor moderno. Uma parte da D representa a base de extração do excedente para os setores tradicionais e tem pequena participação relativa no consumo capitalista; a outra parte, cujas dimensões não se conhece, é constituída pela população marginal.

#### APRECIACÕES FINAIS (Complementares)

Resta-nos indagar em que perspectivas se colocam os que se preocupam com os fundamentos do "Modelo Brasileiro" diante do problema da reconcentração da renda e em que sentido se orientam as verdadeiras tendências da política econômica.

Situaremos duas interpretações que procuram justificar a reconcentração da renda no Brasil ao mesmo tempo que tentaremos ressaltar algumas críticas e os limites reais das interpretações. A primeira delas, a teoria de "bolo" e a segunda a teoria marginalista da repartição.

A teoria do "bolo" consiste em justificar a concentração de renda, e inclusive sua distribuição regressiva como uma etapa do processo de desenvolvimento. A regressividade na distribuição de renda permite aumentar a poupança, o investimento e acelerar o crescimento econômico. Depois, quando o bolo crescesse bastante, seria repartido. Para assegurar o bem-estar futuro, fazia-se necessário sacrificar um pouco as camadas mais pobres. Segundo seus defensores, Roberto Campos, Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen e outros, *os pobres não podem consumir fatias maiores sem comprometer a parte que se destina ao investimento.*

O que parece muito claro na teoria do "bolo" é que a redistribuição da renda não beneficiará em nada as camadas mais pobres, pela própria estrutura privada em que está assentado o crescimento econômico. E que os parâmetros da distribuição da renda são muito limitados pelo que o próprio sistema econômico define.<sup>(32)</sup> Se a concentração de renda proporciona uma maior poupança e investimento, em grande parte, esta poupança se destina ao alto nível de consumo da classe mais abastada. Assim, a poupança também permite manter um padrão de vida luxuoso, ao mesmo nível das socie-

---

(32) ... "numa economia capitalista moderna, onde prevalecem estruturas oligopólicas de produção e onde é significativa a participação do setor público no gasto global, sendo, ademais, a economia aberta ao financiamento externo, o investimento é determinado em grande medida institucionalmente e, no que se refere ao setor privado, em função das condições de rentabilidade futura que se apresentam." Serra, José, op. cit., p. 137."

dades desenvolvidas. E, diga-se de passagem, tudo isso é muito coerente dentro do modelo concentrador da renda: tanto é permitido poupar mais como também é necessário manter um alto padrão de consumo; mas sempre entre os que já são ricos.

Ao analisar essa teoria, Paul Singer coloca: "todo sistema de incentivo no capitalismo se baseia na apropriação privada do excedente e da sua livre utilização de acordo com critérios privados... A justificativa da concentração da renda de que "há que esperar que o bolo cresça para só então reparti-lo" apresenta uma ironia tão profunda quão inconsciente... Desta maneira, é preciso concluir que as possibilidades de redistribuição da renda para baixo são extraordinariamente limitadas no capitalismo."(33)

A segunda interpretação é mais explicativa, procurando no baixo nível educativo explicar o baixo nível de renda. Segundo esta posição marginalista da repartição, seus fundamentos estão no trabalho de Carlos Langoni,(34) são dois os efeitos da educação sobre a distribuição de renda: um decorrente da própria desigualdade entre os níveis de renda e o educacional, e a outra, devido às imperfeições no mercado. De acordo com o segundo efeito, a demanda de técnicos de alto nível de qualificação seria maior do que a oferta.

Procurando discutir essa posição, o primeiro ponto questionável seria procurar situar o nível educacional como causa da reconcentração da renda. Que existe uma correlação entre renda e educação não se pode negar, mas muitos outros fatores, e de maior peso, interferem no nível de renda. Um deles seria o próprio *status* sócio-econômico que por sua vez vai possibilitar um maior nível educacional. As oportunidades educacionais não são iguais para todos, dependendo da riqueza, do prestígio, do ambiente sócio-geográfico, intelectual e do próprio nível intelectual que se tenha. Correlacionando, diz Paul Singer, "A pirâmide educacional reflete, com poucas distorções, a pirâmide de estratificação social e econômica."(35) E vamos supor, mesmo sabendo que as relações de causa e efeito não se aplicam a esse tipo de problemas sociais mais complexos, que no caso de nível de renda e nível educacional fosse verdadeira essa relação. Então, a variável independente seria o nível de renda e não a educação. O baixo nível de educação seria explicado pelo baixo nível de renda.

Não se pode negar que a tentativa de melhorar o perfil educacional proporciona uma certa modificação na distribuição da renda, mas mesmo assim os efeitos são muito setoriais. O planejamento educacional pode ser orientado na formação de profissionais para atender a determinada necessidade do mercado, inclusive no Brasil as carreiras técnicas foram bastante valorizadas nos últimos anos com esse objetivo. E, nesse caso, se pode dizer que a educação pode ajudar a diminuir os desajustes entre a demanda e a oferta.

(33) Singer, Paul, op. cit., p. 92.

(34) Langoni, Carlos, "Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil", in *Estudos Econômicos*, IPE-USP, n.º 5.

(35) Op. cit., p. 67.

Mas disso a concluir que o problema da regressividade na distribuição da renda está no baixo nível educacional, existe uma grande diferença. Seria admitir que as oportunidades de trabalho fossem sempre favoráveis.

Tanto a teoria do "bolo" como a posição marginalista da repartição, uma tentando justificar e a outra tentando explicar, contendo a primeira os princípios gerais abrangentes da política econômica, não tem conseguido responder; ou melhor, não contém argumentos convincentes, para a situação real da regressividade na distribuição da renda.(36)

Mesmo que o tema da distribuição de renda esteja sendo objeto das últimas discussões governamentais, parece mais evidente que as tentativas da política econômica se orientarão no sentido de manter o processo de concentração de renda, tomando medidas que possam contornar a situação, mas que não alterarão em nada o poder econômico. Afora essa tendência a situação permanecerá até onde possa, com a mesma configuração. Somente uma mudança nas diretrizes do capitalismo internacional, refletindo internamente em modificações na estrutura político-econômica, ou a existência de pressões internas (no caso, as próprias condições políticas são desfavoráveis) poderiam alterar as regras básicas do atual sistema.

#### BIBLIOGRAFIA

- FURTADO, Celso — *Análise do "Modelo Brasileiro"*, Rio, Civilização Brasileira, 1972.
- *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, Rio, Paz e Terra, 1974.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo — *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio, Zahar, 1970.
- "O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento", São Paulo, *Debate e Crítica* 1, 1973.
- *Autoritarismo e Democratização*, São Paulo, Paz e Terra, 1975.
- SERRA, José — "A Reconcentração da Renda: Crítica e Algumas Interpretações", *Estudos CEBRAP* 5, São Paulo, CEBRAP, 1973.
- TAVARES, Maria da Conceição — *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio, Zahar, 1972.
- SINGER, Paul — "Desenvolvimento e Repartição de Renda no Brasil", *Debate e Crítica* 1, São Paulo, 1973.
- FRANK, A. Gunder — "Desenvolvimento do Subdesenvolvimento Latino-Americano", in *Urbanização e Subdesenvolvimento*, Rio, Zahar, 1969.

---

(36) Nesse caso, já se devia ter tomado providências para a repartição do "bolo" pois a ampliação dos serviços assistenciais (já em curso) não representa qualquer oportunidade de participação na riqueza.